



Revista Internacional de Folkcomunicação

ISSN: 1807-4960

revistafolkcom@uepg.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Brasil

Costa, Alvaro Daniel; Johansen, Elizabeth; Monastirsky, Leonel Brizolla  
A fotografia enquanto registro de um patrimônio cultural: devoção e identificação – Casa do Divino  
Revista Internacional de Folkcomunicação, vol. 16, núm. 36, 2018, -Junio, pp. 50-65  
Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Ponta Grossa, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.5212/RIF.v.16.i36.0003>

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=631766334004>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal  
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso  
abierto

## **A fotografia enquanto registro de um patrimônio cultural: devoção e identificação – Casa do Divino**

*Alvaro Daniel Costa<sup>1</sup>*

*Elizabeth Johansen<sup>2</sup>*

*Leonel Brizolla Monastirsky<sup>3</sup>*

### RESUMO

A Casa do Divino, situada em Ponta Grossa (PR), foi tombada pelo Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural (COMPAC) em 2004. Com atividades religiosas desde 1882, é considerada um patrimônio histórico-cultural do município e tem como característica constituir um espaço de expressão da religiosidade católica popular. A proposta deste artigo é a partir desse reconhecimento oficial da Casa do Divino como patrimônio material e como espaço de práticas devocionais, como a Festa do Divino, compreendê-la, também, como um patrimônio imaterial. O contexto (marco) teórico- metodológico apresenta breve discussão sobre patrimônio cultural, bem como a relação entre identidade e o registro fotográfico. A fotografia é compreendida enquanto representação, não só do real, mas também, do simbólico, visto que as imagens extrapolam aquilo que é visível.

### PALAVRAS-CHAVE

Casa do Divino; Patrimônio cultural; Cultura popular; Identidade; Fotografia.

## **The photograph while registration of cultural heritage: devotion and indetification – House of the Divine**

### ABSTRACT

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Possui graduação em Bacharelado em História (UEPG) e Jornalismo pela mesma instituição. Atualmente é professor de Antropologia no Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE).

<sup>2</sup> Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mestre pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e licenciada em História pela UEPG. É professora assistente do Departamento de História da UEPG.

<sup>3</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em Geografia pela UFSC, Especialista em Geografia Humana pela Unicentro, Licenciado em Geografia e Bacharel em Administração de Empresas pela UEPG. É professor associado do Departamento de Geografia da UEPG.

The House of the Divine, situated in Ponta Grossa (PR), was tumbled by Municipal Council of Artistic and Cultural Heritage (COMPAC) in 2004. With religious activities since 1882, is consider a cultural historical heritage of city and have characteristics constituting a space of expression the popular catholic religiosity. The proposal of this article is from this official recognition of the House of the Divine as material heritage and as a space of devotional practices, such as the Feast of the Divine, understand it as an immaterial heritage. The theoretical-methodological context to present brief description about cultural heritage, well as relation between identity and the photographic record. The photography is understood while representations not just of real, but so that symbolic, given that the images to extrapolate that what is visible.

## KEY-WORDS

House of the Divine; Cultural heritage; Popular culture; Identity; Photography.

## Introdução

Atualmente, muito se discute sobre a produção, os significados e os usos sociais da fotografia. Autores como Kossoy (2001), Burke (2005), Cardoso e Mauad (1997), Borges (2005) entre outros, desenvolvem estudos analisando a fotografia, enquanto uma forma narrativa dentre tantas existentes é, portanto, compreendida como uma construção social, retratando costumes do período em que foi produzida. A imagem fotográfica representa a “perpetuação de um momento, em outras palavras, da memória: memória do indivíduo, da comunidade, dos costumes, do fato social, da paisagem urbana, da natureza”. (KOSSOY, 2001, p. 161).

Para, além disso, a imagem captura e expressa o que é vivido. Por mais que possa ser reconhecida enquanto uma construção social e/ou uma forma narrativa a partir do olhar do fotógrafo é, também, uma maneira de repertoriar valores compartilhados por aqueles que são fotografados. No entanto, não é apenas isso, a fotografia é uma unidade de registro, ou de arte, assim como, uma fonte histórica.

A importância da fotografia é evidente. Não apenas como uma arte, mas como um instrumento que mantém viva a nossa história. De qualquer forma, a fotografia permanece como uma ferramenta histórica e permanecerá nesse posto ainda por muito tempo. (CALAÇA; HUBER, 2009, p. 7).

Tendo a capacidade de imortalizar uma época e guardar para um tempo futuro o que foi classificado como suficientemente importante ao ponto de ter sido registrado, a foto perpetua o vivido e o que não se quer esquecer. De acordo com Sônego (2010), muitas vezes, a fotografia fornece informações que os documentos textuais não registraram, porque possui

a capacidade de abrigar desejos e construções de sentido, individuais e coletivos. A imagem é um objeto cultural com múltiplos significados, visto que, “através de interesses e escolhas permite (re)criar e (re)interpretar o real”. (SÔNECO, 2010, p. 6).

Para Burke (2005) é fundamental compreender a fotografia enquanto um ato simbólico que carrega registros e traços de quem praticou tal ação, ou seja, do fotografado, tornando conhecida a memória individual, ou a representativa de um grupo.

As imagens fotográficas (...) indo muito além de meras descrições, trazem expressões vividas em outros tempos. Assim, retratam a História Visual de uma sociedade, documentam situações, estilos de vida, gestos e atores sociais, permitindo aprofundar o conhecimento da cultura material, expressa na arquitetura, nas cidades e nos objetos. Os estudos mais aprofundados permitem a análise de alguns detalhes tangíveis representados nas fotografias, ou seja, as comunicações não-verbais. (SÔNECO, 2010, p.119).

Pensar a foto como reveladora não só do real, mas do simbólico, amplia consideravelmente possíveis interpretações imagéticas, já que extrapola a descrição sumária buscando-se atingir a dimensão do que não está visível, ou seja, do sentido e/ou significado.

Para a análise nesse artigo foram selecionadas cinco fotografias que apresentam a devoção popular ao Divino Espírito Santo, a partir do registro de atividades religiosas realizadas pelos devotos da Casa do Divino, localizada em Ponta Grossa (PR). Essas imagens foram tratadas como uma dimensão e extensão do real, ao mesmo tempo em que traduzem o simbólico a partir dos aspectos identitários e culturais retratados. As fotos produzidas com o intuito de inventariar práticas devocionais apresentam a sua relação com um patrimônio cultural local.

### **Patrimônio Cultural e Identidade: um estudo sobre a Casa do Divino**

No dia 09 de agosto de 2004 a Casa do Divino<sup>4</sup>, existente em Ponta Grossa (PR) desde 1882, foi tombada pelo COMPAC<sup>5</sup> como patrimônio cultural do município. A partir desse

---

<sup>4</sup> Para saber mais sobre a história da Casa do Divino ler: COSTA, Álvaro D.; PETRUSKI, Maura R. ROCHA, Vanderley P. Devoção ao Divino: simbolismos de uma catolicidade popular. Revista Internacional de Folkcomunicação. Ponta Grossa: EDUEPG, v. 14, n. 32, 2016. SCHOENHERR, Rafael. Casa e rua se encontram na Festa do Divino. Revista Internacional de Folkcomunicação. Ponta Grossa: EDUEPG, v. 14, n. 33, 2016

<sup>5</sup> COMPAC: Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, vinculado à Fundação Municipal de Cultura, da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Sobre o tombamento ver: CONSELHO Municipal de Patrimônio Cultural. Processo nº 02/2004, Tombamento do imóvel Casa do Divino. Inscrição nº 41 no Livro do Tombo Definitivo. Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, 2004

tombamento e do reconhecimento oficial da materialidade da Casa do Divino – entendimento que embasou o processo de tombamento no Conselho – a proposta desse artigo é avançar naquela que é uma das principais discussões sobre o patrimônio cultural: a efetiva inter-relação dos aspectos materiais e imateriais que completam dialeticamente a composição indivisível de um patrimônio cultural.

Analizando a Constituição Federal Brasileira de 1988, no que tange a preservação do patrimônio, verifica-se uma preocupação atual com o critério da representatividade da diversidade cultural da população. O texto constitucional reconhece e valoriza a “referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade” (BRASIL, 2003, p. 146) no transcurso de sua história.

De acordo com Fonseca (2003, p. 73), “cada vez mais, a preocupação em preservar está associada à consciência da importância da diversidade – seja a biodiversidade, seja a diversidade cultural – para a sobrevivência da humanidade”. Atualmente, não se compreende o patrimônio cultural reconhecido por um município, estado ou país como capaz de representar apenas determinados grupos da sociedade. Esta categoria de preservação deve demonstrar a multiplicidade de elementos que compõem qualquer comunidade a partir da proteção de bens culturais de diversos segmentos sociais, sejam esses bens materiais ou imateriais.

Discutir a preservação de processos culturais variados como elementos distintivos dignos de serem mantidos e capazes de atrair e fomentar estudos, pesquisas, visitas possui um potencial muito interessante, pois permite problematizar os “valores e maneiras que pensam e sonham seus habitantes e pela importância que estes atribuem aos diversos aspectos do ambiente nos quais eles vivem”. (ALMEIDA, 1993, p. 48). Em outras palavras, se reconhece a existência de diferentes maneiras de viver e de ocupar o espaço como, potencialmente, patrimônios culturais.

Nessa linha de discussão, Funari e Pelegrini defendem que o patrimônio estimula “os povos a salvaguardar sua soberania e independência e, por conseguinte, reafirma sua identidade cultural” (2009, p. 36), porque é o testemunho do vivido coletivamente.

Ao se refletir sobre patrimônio, o debate sobre identidades torna-se indispensável. O patrimônio é um produto cultural criado, que assume significados no processo de sua formação/manutenção/transformação, nas vivências cotidianas de diferentes grupos

humanos. A identificação desses grupos com o que é classificado como “seu patrimônio”, associado à memória social é que dá forma e estrutura para que esse bem seja (re)conhecido, enquanto um patrimônio cultural.

A identificação com processos culturais existentes – patrimônio cultural – ocorre a partir da ação, do ato de escolher e assumir, assim como, do pertencer/vivenciar/modificar determinado contexto. Hall defende que a “identidade está inscrita nas posições que assumimos e com as quais nos identificamos” (2008, p. 409), mas também pondera, “não quero dizer apenas que elas são pessoais; elas são, mas são também institucionais”. (2008, p. 390). Por essa concepção, é possível compreender as diferentes identidades existentes e coexistentes pela perspectiva da inter-relação do indivíduo, com o pertencimento em um grupo e a participação destas instituições sociais/culturais no cotidiano vivido. Essa reflexão apresentada por Hall, pode ser percebida a seguir (Imagem 1), na saudação entre o devoto e músico da Casa do Divino, que participa da Festa do Divino, em junho de 2017, e o Bispo Diocesano, que representa a hierarquia institucional da Igreja Católica Apostólica Romana.

Imagem 1: Devoto e o Bispo (Fonte12)



Foto: Alvaro Daniel Costa (Fonte 10)

Como em um processo dialógico “os monumentos do passado são necessários à vida do presente; não são nem ornamento aleatório, nem arcaísmo, nem meros portadores de saber e de prazer, mas parte do cotidiano”. (CHOAY, 2006, p. 139). Por esse entendimento, os bens patrimoniais possuem essa funcionalidade, ou seja, dão sentido e significado ao que é vivido cotidianamente, pois quem o cria e vive se identifica com ele, mantendo-o em uso. Dessa forma, o caráter simbólico de um patrimônio é reconhecido como um elemento de identificação.

No entanto, é interessante ponderar que esses patrimônios, não apenas materiais, mas também imateriais, são passíveis de transformações, já que a identidade é um processo de reconhecimento e de pertença, portanto, posicional e não uma carga genética fixada com o nascimento. “A identidade é um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada”. (SOVIK, 2003, p. 15). O bem cultural torna-se patrimônio de uma comunidade, não apenas porque as pessoas nasceram nessa comunidade, mas também, porque se identificam com a memória coletiva e com o que é vivido, praticado.

A manutenção desse patrimônio com o decorrer dos anos reforça os elementos identitários, que fazem com que determinado grupo se diferencie dos demais, visto que sua ênfase se dá nas relações sociais (imaterial) e não necessariamente nos objetos em si (material). Pensado dessa forma, pode-se afirmar que o patrimônio é muito mais um processo cultural de figuração simbólica em constante negociação, do que um produto cultural estático e cristalizado.

Portanto, “a identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social (...) permite que um indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente”. (CUCHE, 1999, p. 177). Essas vinculações são aqui compreendidas como o papel social, que o patrimônio cultural possui no processo contínuo de formação e mudança de diferentes identidades culturais. Ou seja, refere-se a elementos culturais com os quais os membros de uma comunidade se identificam e são identificados pelos outros que não são desse grupo a partir do seu domínio, pois esses elementos possuem um significado próprio somente para seus usuários, ou seja, para aqueles que o classificam como seu patrimônio.



Kersten (2000) ao analisar as características do patrimônio cultural de um grupo, enquanto produção humana, classifica-o em sua totalidade, ou seja, estabelece uma relação dialógica entre edificações, documentos escritos, objetos, crenças, modos de fazer, modos de viver e eventos, por exemplo. Por meio destes podemos entender como somos e percebê-los como parte do que somos. Assim, rompe-se com o senso comum que define patrimônio apenas como um conjunto imutável de objetos, edificações e documentos (materialidade), agregando-se como contribuição o entendimento dos sentidos (imaterialidade) atribuídos para a construção de um patrimônio a partir de suas orientações culturais, políticas, geográficas, cronológicas, artísticas, ou históricas. Constrói-se, dessa forma, a perspectiva da inter-relação como capaz de apresentar parte da riqueza patrimonial de uma comunidade, pois o compreende a partir da íntima relação da materialidade com a imaterialidade.

O patrimônio e as ações em sua defesa podem ser vistos como construções sociais historicamente edificadas e espacialmente estabelecidas. Ou seja, “a ação preservacionista não incide sobre a cultura em si, mas, seletivamente, sobre seus suportes materiais e simbólicos produzidos e reproduzidos por grupos humanos” (KERSTEN, 2000, p. 33) em dada época e lugar. Tanto os moinhos, estações de trem e mercados públicos, quanto as práticas cotidianas desenvolvidas nesses lugares, por exemplo, devem ser preservadas e estudadas.

Por essa perspectiva, expressões, ações, crenças, representações, técnicas e conhecimentos, também são reconhecidos como bens patrimoniais, pois se conhece um “monumento histórico a partir dos valores de que foi investido no curso da história”. (CHOAY, 2006, p. 168). Dá-se às histórias vividas a condição de, também, serem reconhecidas como bens patrimoniais de uma sociedade. Com esse entendimento teórico é que se justifica o estudo da Casa do Divino em Ponta Grossa, não apenas como um patrimônio material, representado pela construção (imóvel) e seu acervo, mas também como um patrimônio imaterial capaz de representar a identidade religiosa do devoto ao Divino.

A fotografia que se segue, (Imagem 2), demonstra como a devoção se materializa por meios da simbologia. Ao “vestir” a Bandeira do Divino, há nesse ato a simples identificação do devoto e a identificação do seu posicionamento (social, cultural, ideológico) junto à sociedade. Além da identificação, intencional ou não, há também, o empoderamento que a posse de um símbolo, tão caro àquela comunidade, possa desencadear.



Imagem 2: Devota com a Bandeira do Divino



Foto: Alvaro Daniel Costa

Numa associação entre Demczuk (2011) e Monastirsky (2006) o patrimônio cultural pode repre-sentar a memória de uma cidade, composta por bens com valor relevante para esta comunidade. As caracte-rísticas econômicas, religiosas, étnicas, históricas, geográficas, políticas, culturais, simbólicas e até mesmo naturais de um patrimônio servem como referenciais de um pas-sado fazendo com que sua preservação e valorização sejam de interesse para a sociedade atual, pois a apresenta em sua diversidade. Além da representatividade, a intenção de escolha, preservação e uso do patrimônio cultural se estabelece com a sociedade vigente – com destaque para as relações entre o Poder Público e o capital.

A constituição do espaço, que é historicamente produzida, também pode ser entendida a partir da funcionalidade e dos vários significados que o patrimônio cultural revela ao longo da sua história – da sua origem ao tempo presente. O patrimônio cultural-histórico é, portanto, constituído através dos estratos do tempo, mas, também, pelos “olhares” do presente que, associados, compõem

diversos desdobramentos conceituais sobre ele e sobre o espaço em que está inserido. (MONASTIRSKY, 2006, p.16).

Por isso, algumas construções se tornam com o passar dos anos tão representativas de determinados momentos da vivência cidadina, que deixam de ser apenas um imóvel e adquirem uma outra significação: tornam-se elementos cristalizados de segmentos da identidade local, como é o caso da Casa do Divino. Isso ocorre porque “a cidade é expressão de ordem social, econômica, política, cultural e tecnológica por resultar da atividade da sociedade para construir os espaços em que habita e desenvolver suas relações com as pessoas”. (MACHINSKI, 2010, pp. 119-120). Nessa lógica, um imóvel não necessita enquadrar-se apenas nos critérios usuais para a preservação: destacado valor arquitetônico, histórico, simbólico e/ou sentimental, mas ser analisado enquanto elemento participante de uma lógica urbana própria, que levou certo tempo para ser constituída, pois representa os valores dessa sociedade.

A Casa do Divino atua como um desses espaços de referência identitária em Ponta Grossa a ponto que foi reconhecida como patrimônio cultural local pelo poder público municipal. Ela participa até hoje do processo de estruturação da identidade local, não delimitada apenas pela lógica fixa do espaço ocupado no centro da cidade, mas do significado simbólico, que não possui fronteiras definidas de maneira estática e excludente. Ser devoto da Casa do Divino significa muito mais que circular e rezar apenas nas suas salas de oração. Como é um processo de identificação, a devoção é levada pelos diferentes espaços que o devoto circula.

O que pode ser observado na fotografia a seguir (imagem 3) com a procissão de devotos da Casa do Divino retornando da missa de Pentecostes realizada na Catedral de Sant’Ana. Os devotos são identificados nas ruas por um conjunto de símbolos: Ostensório, com a imagem do Divino encontrada em 1882, à frente da procissão; a Bandeira; a cor vermelha das roupas; os cânticos e rezas proferidas pelos participantes.

Imagem 3: Procissão de devotos da Casa do Divino



Foto: Alvaro Daniel Costa

A Casa do Divino, enquanto um imóvel, uma casa, só tem sentido, inclusive para ser preservada com amparo legal, porque lhe são atribuídos determinados valores, isto é, seu espaço possui um conteúdo social, que “não é apenas um receptáculo da história, mas condição de sua realização qualificada”. (SANTOS, 2006, p. 82). Por outro lado, a Casa do Divino enquanto um lugar “não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro”. (SANTOS, 2006, p. 114).

O imóvel da Casa do Divino é fundamental para sua existência durante tanto tempo em Ponta Grossa, mas as relações que se constituíram, e que não se reduzem somente ao espaço do imóvel, é que o significam enquanto um patrimônio cultural. Pois, “o espaço sagrado é a imagem da experiência religiosa cotidiana assim como sua própria referência”. (GIL FILHO, 2001, p. 74). Sendo relacional e dinâmico o espaço sagrado do patrimônio cultural Casa do Divino não se restringe apenas a materialidade do imóvel, mas perpassa as relações sociais espacializadas que o constituem. A análise sobre o patrimônio alicerça-se na subjetividade formada por um contexto ideológico, simbólico e mnemônico que dá aos patrimônios culturais, sob o ponto de vista social e cultural, um caráter concomitante. “[...]”

para que haja um entendimento do patrimônio imaterial é imprescindível um suporte físico” (SAUSSURE<sup>6</sup>, citado por apud FONSECA, 2003, p. 65).

No entanto, mesmo distante da sua base física, a Casa do Divino situada no centro urbano de Ponta Grossa, se faz representada em atividades realizadas distantes da sua sede. Estas ações são igualmente relevantes para os participantes. Na fotografia a seguir (imagem 4), cantores e músicos (devotos) representando a Casa do Divino na Festa do Divino em Roça Velha, Distrito de Itaiacoca.

Imagem 4: Festa do Divino no Distrito de Itaiacoca (Ponta Grossa)



Foto: Elizabeth Johansen

Garantindo o direito à memória de diferentes grupos componentes de uma mesma sociedade, como o caso dos devotos da Casa do Divino dentro de um recorte maior como dos católicos ponta-grossenses, percebe-se que uma das características do patrimônio é a sua capacidade de modificação para manter-se existente, ou seja, ao mesmo tempo em que é uma criação cultural que se perpetua, modifica-se/adapta-se à realidade contemporânea para continuar existindo. Isto ocorre porque sua capacidade de identificação é que dá sentido ao

---

<sup>6</sup> SAUSSURE, F. (1969). Cours de linguistique générale. Paris.



grupo a que ele se refere, não se cristalizando em uma forma única, mas para sobreviver se transforma, garantindo inclusive a diversidade de memórias.

Esse aspecto é perceptível na prática religiosa desenvolvida na Casa do Divino, que por mais que sua origem seja secular adapta-se a prática religiosa católica contemporânea, por exemplo, inserindo nas novenas e saídas com a Bandeira cantos atuais, além dos já utilizados há décadas; a impressão via computador de pedidos, agradecimentos e orações que anteriormente eram todos manuscritos pelos devotos.

Mesmo sendo classificada pelo poder público municipal também como *patrimônio cultural intangível*, representativo da religiosidade e imaginário local, as práticas desenvolvidas na Casa e fora dela – mas vinculadas ao culto ao Divino – não foram relacionadas no processo de tombamento e, praticamente, são desconhecidas daqueles que não frequentam o lugar, porque muitas nunca foram registradas e/ou estudadas. Estas ações também configuram a imaterialidade desse patrimônio cultural, pois são suas práticas cotidianas, sendo de fundamental importância seu estudo, registro e apoio a ações que promovam a continuidade da sua manifestação, inclusive porque dão suporte e significação a materialidade já protegida oficialmente.

(Re)conhecer e preservar a materialidade e a imaterialidade de um bem enquanto patrimônio cultural é compreender que o vivido se funde ao espaço onde se desenrola. “O imaterial constrói o material e, ao mesmo tempo, o material incorpora e exprime valores imateriais”. (TOURGEON, 2014, p. 72). Assim, um alimenta o outro fazendo-se constitutivos.

O Decreto nº 3551 que regulamentou o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial no âmbito federal, determina que a continuidade histórica é componente fundamental para considerar o registro de um bem como patrimônio cultural imaterial. “A continuidade histórica, tomada aqui no melhor sentido de tradição, isto é, de práticas culturais que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo para o grupo um vínculo do presente com seu passado”. (MINISTÉRIO, 2006, p. 26).

As atividades religiosas que são realizadas pelos devotos da Casa do Divino, aqui reconhecidas como práticas patrimoniais condizem com o que a legislação federal define como preferencial para o reconhecimento enquanto patrimônio cultural imaterial, pois se não surgiram em 1882, se consolidaram logo após, mantendo vivo o vínculo da devoção atual com seu passado e com o lugar. Reconhecer oficialmente a materialidade da casa e não

efetivamente a imaterialidade das atividades religiosas como patrimônio cultural local é apartar aspectos inseparáveis. A devoção ao Divino não se resume apenas à preservação do imóvel Casa do Divino, mas a tudo o que lhe dá sentido. O tocar e beijar a Bandeira do Divino, quando ela passa entre as pessoas, é uma das práticas mais tradicionais e que identificam o devoto (imagem 5).

Imagem 5: Beijo na Bandeira do Divino



Foto: Alvaro Daniel Costa

Em 2008, o ICOMOS<sup>7</sup> aprovou a Declaração de Québec que propõe “proteger e promover o espírito dos lugares, isto é, sua essência de vida, social e espiritual” (ICOMOS, 2008, p.01), reconhecendo que monumentos e sítios já preservados possuem valores sociais imateriais que também precisam ser (re)conhecidos e preservados. São memórias, crenças, práticas sociais e espirituais, conhecimentos tradicionais que promovem a ligação ao lugar e que o significam enquanto um patrimônio cultural. O que se defende é a aceitação da indivisibilidade do que até então era apresentado como patrimônio material em separado do

---

<sup>7</sup> Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), vinculado a UNESCO.

imaterial, superando o entendimento de que estes são distintos e até antagônicos entre si. De acordo com a Declaração, é a imaterialidade que assegura os significados, valores e contextos dos lugares (materialidade), além disso, é a interação destes âmbitos que propicia a constituição mútua e a efetiva preservação de um patrimônio cultural.

## **Considerações finais**

A partir de todos os elementos apresentados, compreende-se que a Casa do Divino não é um patrimônio cultural local apenas porque foi tombada pelo órgão competente para tal em Ponta Grossa, mas porque ocupa um mesmo lugar desde 1882, porque possui um espaço de atuação religiosa, que extrapola a materialidade do imóvel, porque possui devotos que mantêm sua crença no Divino e que a propagam a seus descendentes e/ou a seus conhecidos e, porque, desenvolveu práticas imateriais que lhe são próprias.

A identificação do devoto com as práticas realizadas nas atividades religiosas da Casa do Divino remete a um reconhecer individual, ao mesmo tempo o identificar-se com o grupo de devotos leva a constituição e manutenção de uma memória coletiva, que se materializa em ações passíveis de serem registradas fotograficamente. Nesse caso, a foto é a expressão visual tanto da materialidade, quanto da imaterialidade desse patrimônio cultural.

Rautenberg defende que o patrimônio “advém de uma apropriação do mundo pelas pessoas, uma apropriação daquilo que as envolve, daquilo que elas valorizam e querem preservar e, possivelmente, transmitir”. (2014, p. 59). Ao retratar momentos da devoção ao Divino Espírito Santo buscou-se registrar alguns desses valores vividos que fazem da Casa do Divino um patrimônio cultural

## **Referências**

ALMEIDA, Maria Geralda de. Geografia cultural e geógrafos culturalistas: uma leitura francesa. **Geosul**. Florianópolis, n. 15, ano VIII, p. 40-52, 1.sem.1993. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12818/12002> Acesso em: 25.set.2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.



BURKE, Peter. **Visto y no visto**: el uso de la imagen como documento histórico. Barcelona: Critica, 2005. 285 p.

CALAÇA, Mariana Capeletti; HUBER, Erick Rôso. **Fotografia - Instrumento de registro e alguns efeitos de inovações tecnológicas**. Disponível em: In: [www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1380-1.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1380-1.pdf) Acesso em: 20.mar.2018.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2006.

CUCHE, Denys. Cultura e Identidade. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DEMCZUK, Paula G. **Ferrovia e turismo**: reflexões sobre o patrimônio cultural ferroviário em Ira-ti (PR). Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2011.

FONSECA, Maria C.L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

\_\_\_\_\_. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Por uma geografia do sagrado. **Ra'ega**: o espaço geográfico em análise. Curitiba: UFPR, v. 5, 2001, p 67-78.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ICOMOS. Declaração de Québec. Disponível em: [https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16\\_Quebec\\_Declaration\\_Final\\_PT.pdf](https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf) Acesso em: 25.fev.2018.

KERSTEN, Márcia. **Os rituais do tombamento e a escrita da história**. Curitiba: UFPR, 2000.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MACHINSKI, Fernanda. “Memórias” e patrimônio arquitetônico em Ponta Grossa-PR: subsídios para sua salvaguarda. In: SAHR, Cicilian L. L. **A paisagem como patrimônio cultural**: Campos Gerais e matas com araucária no Paraná. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

MONASTISKY, Leonel B. **Ferrovia**: Patrimônio Cultural - Estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR). Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC/CFH/PPGGeo, 2006.

MINISTÉRIO da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O registro do patrimônio imaterial**: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial. Brasília: Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4 ed., 2006, 140 p. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/.../PatImaDiv\\_ORegistroPatrimoniolmaterial\\_1Edicao](http://portal.iphan.gov.br/uploads/.../PatImaDiv_ORegistroPatrimoniolmaterial_1Edicao) Acesso em: 14.nov.2017.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SOVIK, Liv. Apresentação: para ler Stuart Hall. In: HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SÔNECO, Márcio Jesus Ferreira. A fotografia enquanto fonte histórica. **Historiae**. Rio Grande: FURG, v.1, n.2, p. 113-120, 2010.

TOURGEON, Laurier. Do material ao imaterial: novos desafios, novas questões. **Geosaberes**. Fortaleza: UFC, v.5, número especial, dez.2014, p. 67-79.

**Artigo recebido em: 18/04/2018**

**Aceito em: 08/06/2018**